



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO

INDICAÇÃO

Nº

880/2020

AUTOR : Deputado Dr. Neidson de Barros Soares - PMN

INDICA ao Poder Executivo que seja acrescentado o § 4º ao artigo 1º da Lei n. 4. 782 de 27 de maio de 2020, que “Cria a indenização por exposição obrigatória ao novo Coronavírus – Covid-19, aos servidores dos serviços essenciais que estejam em exercício na Área da Saúde e Segurança Pública do Estado de Rondônia, pelo prazo que perdurar o estado de Calamidade Pública”.

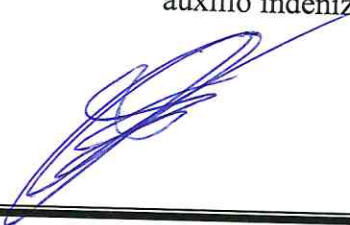
O Parlamentar que a presente subscreve, na forma Regimental, **INDICA** ao Poder Executivo que seja acrescentado o § 4º ao artigo 1º da Lei n. 4. 782 de 27 de maio de 2020, que “Cria a indenização por exposição obrigatória ao novo Coronavírus – Covid-19, aos servidores dos serviços essenciais que estejam em exercício na Área da Saúde e Segurança Pública do Estado de Rondônia, pelo prazo que perdurar o estado de Calamidade Pública” nos termos do Anteprojeto de Lei em anexo.

Plenário das Deliberações, 15 de julho de 2020.

Dr. NEIDSON DE BARROS SOARES
Deputado Estadual




Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº
AUTOR : Deputado Dr. Neidson de Barros Soares - PMN			
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Senhores Parlamentares,</p> <p>A presente Proposição, visa solicitar ao Poder Executivo que seja acrescentado o § 4º ao artigo 1º da Lei n. 4. 782 de 27 de maio de 2020, que “Cria a indenização por exposição obrigatória ao novo Coronavírus – Covid-19, aos servidores dos serviços essenciais que estejam em exercício na Área da Saúde e Segurança Pública do Estado de Rondônia, pelo prazo que perdurar o estado de Calamidade Pública”.</p> <p>A indenização referida na Lei supracitada não é progressiva ou em conformidade com a quantidade de horas laboradas pelos servidores da saúde.</p> <p>Assim, pretende a presente indicação, por meio de Anteprojeto de Lei em anexo, regulamentar a questão em pauta, qual seja:</p> <p>I. Servidor com contrato que some até 40 horas, receberá apenas um único auxílio indenizatório no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais);</p> 			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº
AUTOR : Deputado Dr. Neidson de Barros Soares - PMN			
<p>II. Servidor com dois contratos, sendo um de 20 horas mais um de 40 horas, receberá o auxílio indenizatório no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);</p> <p>III. Servidor com dois contratos de 40 horas cada, receberá o auxílio indenizatório no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais).</p> <p>Por fim, contamos com a aprovação dos Nobres Pares, a fim de encaminhar a presente indicação ao Governo Estadual.</p>			
<p style="text-align: center;"> Dr. NEIDSON DE BARROS SOARES Deputado Estadual</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO	INDICAÇÃO	Nº
AUTOR : Deputado Dr. Neidson de Barros Soares - PMN		
<p>ANTEPROJETO DE LEI</p> <p><i>Acréscenta o § 4º ao artigo 1º da Lei n. 4. 782 de 27 de maio de 2020, que “Cria a indenização por exposição obrigatória ao novo Coronavírus – Covid-19, aos servidores dos serviços essenciais que estejam em exercício na Área da Saúde e Segurança Pública do Estado de Rondônia, pelo prazo que perdurar o estado de Calamidade Pública”.</i></p> <p>A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:</p> <p>Art. 1º. O artigo 1º da Lei n. 4. 782 de 27 de maio de 2020, passa a vigorar acrescido do § 4º a seguir:</p> <p>“Art. 1º. O artigo 1º da Lei n. 4. 782 de 27 de maio de 2020, passa a vigorar acrescido do § 4º a seguir:</p> <p>§ 4º. A indenização de que trata o caput deste artigo será progressiva em conformidade com as horas contratuais laboradas pelo servidor na área da saúde, sendo:</p> <p>I. Servidor com contrato que some até 40 horas, receba apenas um único auxílio indenizatório no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).</p>		



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº
AUTOR : Deputado Dr. Neidson de Barros Soares - PMN			
<p>II. Servidor com dois contratos, sendo um de 20 horas mais um de 40 horas, receba o auxílio indenizatório no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);</p> <p>III. Servidor com dois contratos de 40 horas cada, receba o auxílio indenizatório no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais)".</p> <p>Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Plenário das Deliberações, 15 de julho de 2020.</p> <p> Dr. NEIDSON DE BARROS SOARES Deputado Estadual</p>			